



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM ZONA DA MATA - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM MATA-DRRA nº. 277/2022

Ubá, 16 de dezembro de 2022.

Parecer Único de Licenciamento Simplificado nº 57893566			
PA COPAM Nº: 2662/2022		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Posto Uirapuru Ltda	CNPJ:	17.759.721/0002-63
EMPREENDIMENTO:	Posto Uirapuru Ltda	CNPJ:	17.759.721/0002-63
MUNICÍPIO:	Piraúba	ZONA:	Urbana
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Não há incidência de critério locacional de enquadramento			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
F-06-01-7	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.	3	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Adalgiza Xavier de Faria Barbosa (eng ^a de produção/ambiental)		CREA MG nº 121.768/D ART nº 20221115234 CTF: 5074793	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Carla Costa e Silva Raizer Analista Ambiental		1.251.132-5	
De acordo: Lidiane Ferraz Vicente Diretoria Regional de Regularização Ambiental.		1.097.369-1	



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Ferraz Vicente, Diretor (a)**, em 16/12/2022, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57893566** e o código CRC **D74C1BBD**.

Referência: Processo nº 1370.01.0058909/2022-39

SEI nº 57893566



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 57893566			
Processo SLA Nº : 2662/2022		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Posto Uirapuru Ltda		CNPJ:	17.759.721/0002-63
EMPREENDIMENTO: Posto Uirapuru Ltda		CNPJ:	17.759.721/0002-63
MUNICÍPIO: Piraúba		ZONA:	Urbana
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Não há incidência de critério locacional de enquadramento			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM nº 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
F-06-01-7	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.	3	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Adalgiza Xavier de Faria Barbosa (eng ^a de produção/ambiental)		REGISTRO: CREA MG nº 121.768/D ART nº 20221115234 CTF: 5074793	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Carla Costa e Silva Raizer Analista Ambiental		1.251.132-5	
De acordo: Lidiane Ferraz Vicente Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.097.369-1	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 57893566/2022

O presente Parecer Técnico dispõe sobre o requerimento de licenciamento ambiental simplificado - LAS, com apresentação do Relatório Ambiental Simplificado - RAS, conforme Processo SLA nº 2662/2022 do empreendimento "Posto Uirapuru Ltda", código F-06-01-7 para a atividade de "Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação", com capacidade de armazenagem de 90 m³. De acordo com a DN 217/17 o empreendimento é classificado na classe 3, não sendo constatada a incidência de critério locacional de enquadramento, o que justifica a adoção do procedimento simplificado.

De acordo com informações do RAS, o empreendimento, que está localizado na área urbana do município de Piraúba, encontra-se em operação, desde 14/05/2015. Através de consultas aos bancos de dados da SEMAD, foi possível constatar que o empreendimento operou amparado por Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) até 15/04/2019, não sendo constatado outro ato administrativo capaz de regularizar a atividade após o vencimento da AAF, motivo pelo qual será aplicado um Auto de Infração por "Por operar atividades de postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, com capacidade instalada de 92 m³ sem licença ou TAC", com base no art.112, anexo I, código 126 do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

Cumprе ressaltar que o empreendimento passou por reformas e substituição de 2 (dois) tanques recentemente, no período de 11/11/2022 a 30/11/2022. Os tanques que armazenavam Diesel S 500, Diesel S10 com armazenamento de 30 m³ e o tanque que armazenava Etanol e Gasolina Aditivada, também com armazenamento de 30 m³ foram substituídos por tanques com a mesma capacidade. Em resposta às informações complementares solicitadas no âmbito do processo, o empreendedor apresentou relatório contendo fotografias e informações acerca do procedimento de reforma e substituição dos tanques. A reforma foi realizada pela empresa Impacto Soluções Ambientais Ltda, tendo como responsável técnico o técnico em mecânica Pedro Rafael Motta (CRT MG nº 45497435653/CFT nº 22022051988).

O empreendedor apresentou o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) 20200009941 válido até 14/04/2025 e registro junto à Agência Nacional de Petróleo (ANP).

O empreendedor apresentou Cadastro Técnico Federal – CTF do empreendimento e dos profissionais envolvidos nos estudos. No âmbito do processo também foram apresentados os seguintes documentos: Plano de manutenção de equipamentos e sistemas e procedimentos operacionais, Programa de capacitação de pessoal e Programa de resposta a incidentes.



Foi apresentada Certidão emitida pela prefeitura municipal de Piraúba, alegando que as edificações do imóvel encontram-se no local desde 1984, estando em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município, especialmente com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo, em conformidade com a Deliberação Normativa nº 236/2019, em seu artigo 1º, inciso IX e seu artigo 2º, para fins de regularização/permanência em área de preservação permanente.

Consta no processo, o Despacho nº 6/2020/IEF/UFRBio Mata/NUREG, manifestando acerca do pedido de autorização para permanência de edificações e benfeitorias na área do imóvel localizadas em APP intervenção. De acordo com o documento, o processo foi extinto devido o enquadramento da intervenção de acordo com *“o artigo 2º da DN COPAM nº 236/2019, o qual determina que independem de autorização a permanência de edificações e benfeitorias enquadradas em quaisquer dos incisos do artigo 1º, estabelecidas em área de preservação permanente em data anterior à Medida Provisória nº 1956-50, de 26 de maio de 2000, que não tenham implicado em supressão de vegetação nativa.”*

O empreendimento possui uma área total de 3.173,84 m² e área construída de 833,47 m² e conta em média com 11 (onze) funcionários que trabalham em 3 (três) turnos de 08:00 horas.

Segue abaixo imagem de satélite do empreendimento :



Imagem 01: Imagem de satélite do empreendimento está instalado

A atividade desenvolvida trata-se de comércio varejista de gasolina, óleo diesel e etanol. O Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustível - SASC é composto por 03 (três) tanques, sendo:

- Tanque 01 com capacidade de 30 m³, bipartido, parede dupla jaquetado, fabricação 09/2022,



armazenamento de Diesel S 500 e Diesel S 10;

- Tanque 02 com capacidade de 30 m³, pleno, parede dupla, fabricação 02/2015, armazenamento de Gasolina Comum;

- Tanque 03 com capacidade de 30 m³, bipartido, parede dupla jaquetado, fabricação 09/2022, armazenamento de Etanol e Gasolina Aditivada.

Constam no processo, o laudo de estanqueidade nº 4127/2022, cujos testes foram realizados no dia 29/11/2022 pelo responsável técnico Sarah Caroline dos Santos Silva (CREA MG nº 242779/D ART nº 20221679628) através da empresa Senso Soluções Ambientais Eireli (CREA MG: 57118). Foram efetuados testes em 3 (três) Tanques de combustíveis, cujos resultados indicaram estanqueidade dos tanques e demais equipamentos.

A água utilizada no empreendimento será fornecida pela concessionária local, neste caso a COPASA. De acordo com informações do RAS, a estimativa do consumo médio diário de água é de até 1,37 m³, podendo alcançar o consumo máximo de 2 m³, cuja finalidade informada no RAS é o consumo humano e lavagem de pisos.

Segundo o RAS, existem os seguintes equipamentos e sistemas de controles instalados no empreendimento:

Equipamentos e sistemas de controle		
Descrição dos sistemas e equipamentos	Possui?	
Controle de estoques	<input checked="" type="checkbox"/> Manual	<input type="checkbox"/> Automático
Monitoramento intersetorial automático	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
Poços de monitoramento a vapor	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
Câmara de acesso a boca de visita do tanque	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Câmara de contenção sob unidade abastecedora	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Câmara de contenção sob unidade de filtragem	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Canaleta de contenção da cobertura	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Descarga selada	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Câmara de contenção de	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não



descarga		
Válvula de proteção contra transbordamento	(X) Sim	() Não
Válvula de retenção de esfera flutuante	(X) Sim	() Não
Alarme de transbordamento	() Sim	(X) Não
Sistema de Segurança Antibalroamento	(X) Sim	() Não
Outros (descrever)		

Tabela 01: Equipamentos e sistemas de controle do Posto Uirapuru. FONTE: Processo SLA nº 2662/2022

Os principais impactos decorrentes da operação da atividade são: geração de efluentes líquidos sanitários e oleosos, resíduos sólidos e oleosos, efluentes atmosféricos, possibilidade de contaminação do solo e lençol freático e riscos de acidentes (explosões e incêndios).

O efluente sanitário é direcionado para tratamento em um biodigestor, e, posteriormente lançado no curso d'água (ribeirão Piraúba). O efluente oleoso, proveniente da pista de abastecimento, da área de armazenamento (tanques) e do local da troca de óleo é direcionado por canaletas metálicas para uma caixa separadora de água e óleo (CSAO). Após tratamento, o efluente é lançado no ribeirão Piraúba.

Quanto aos resíduos sólidos gerados neste tipo empreendimento destacam-se os resíduos classe I, que abrange EPI's, resíduos oleosos, embalagens de óleo lubrificante, filtros de óleo, resíduos sujos de óleo, resíduos provenientes da limpeza da CSAO e do Biodigestor; além dos resíduos classe II provenientes do escritório, sanitários e demais unidades de apoio. De acordo com informações disponibilizadas no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) apresentado no âmbito do processo, os resíduos gerados no empreendimento e suas taxas de geração podem ser compreendidos na tabela a seguir:

Resíduo			Taxa de geração média (anual estimada)	Unidade de Medida
Denominação	Origem	Classe		
Filtro de óleo	Troca de óleo	I	24	KG
Vasilhame contaminado	Troca de óleo/ pista abastecimento	I	130	KG
Lama da caixa SAO	Lavador/ troca de óleo	I	900	KG
Embalagens vazias de óleo lubrificante destinadas para Sistema de Logística Reversa formalmente instituído	Troca de Óleo	I	220	KG
Óleos de motores, transmissão e lubrificação usados ou contaminados	Troca de óleo	I	300	KG
EPI's / estopas contaminadas	Operacional	I	52	KG
Embalagens plásticas	Operacional	IIA	4	KG

Tabela 02: Resíduos gerados pelo Posto Uirapuru e suas gerações médias (durante os anos de 2020 e 2021)
FONTE: PGRS,2022.

Através do PGRS também foram apresentadas informações acerca das empresas receptoras dos resíduos sólidos gerados em decorrência das atividades desenvolvidas no empreendimento, conforme representados na tabela a seguir:



Resíduo	Classe	Disposição Final	Transportador	Receptor
Filtro de óleo	I	Incineração	Pró Ambiental Tecnologia Ltda CNPJ: 06.030.279/0003-02	Pró Ambiental Tecnologia Ltda CNPJ: 06.030.279/0003-02
Vasilhame Contaminado	I	Aterro Classe I	Pró Ambiental Tecnologia Ltda CNPJ: 06.030.279/0003-02	Pró Ambiental Tecnologia Ltda CNPJ: 06.030.279/0003-02
		Logística Reversa	GRI KOLETA Gerenciamento de res. Industriais Ltda CNPJ: 04.517.241/0015-69	GRI KOLETA Gerenciamento de res. Industriais Ltda CNPJ: 04.517.241/0015-69
		Reciclagem	GRI KOLETA Gerenciamento de res. Industriais Ltda CNPJ: 04.517.241/0002-44	GRI KOLETA Gerenciamento de res. Industriais Ltda CNPJ: 04.517.241/0002-44
		Reciclagem	Ecolog Ind. E Logística Ltda CNPJ: 20.522.676/0001-52	Ecolog Ind. E Logística Ltda CNPJ: 20.522.676/0001-52
		Triagem e Transbordo/Reciclagem		
Lama da caixa SAO	I	Incineração Aterro Classe I	Pró Ambiental Tecnologia Ltda CNPJ: 06.030.279/0003-02	Pró Ambiental Tecnologia Ltda CNPJ: 06.030.279/0003-02
Óleo Lubrificante Usado	I	Rerrefino	Lwart Soluções Ambientais CNPJ: 46.201.083/0001-88	Lwart Soluções Ambientais CNPJ: 46.201.083/0001-88
			Petrolub Industrial de Lubrificantes Ltda CNPJ: 17.195.251/0002-81	Petrolub Industrial de Lubrificantes Ltda CNPJ: 17.195.251/0002-81
EPI's/estopas contaminadas	I	Incineração	Pró Ambiental Tecnologia Ltda CNPJ: 06.030.279/0003-02	Pró Ambiental Tecnologia Ltda CNPJ: 06.030.279/0003-02
Embalagens vazias de óleo lubrificante destinados à Logística Reversa	I	Logística Reversa	GRI KOLETA Gerenciamento de res. Industriais Ltda CNPJ: 04.517.241/0015-69	GRI KOLETA Gerenciamento de res. Industriais Ltda CNPJ: 04.517.241/0015-69
Embalagens Plásticas	IIA	Aterro Classe II	Pró Ambiental Tecnologia Ltda CNPJ: 06.030.279/0003-02	Pró Ambiental Tecnologia Ltda CNPJ: 06.030.279/0003-02

Tabela 03: Resíduos gerados pelo Posto Uirapuru e suas gerações médias (durante os anos de 2020 e 2021)
FONTE: PGRS,2022.

Em resposta à solicitação de informações acerca do acondicionamento temporário dos resíduos sólidos no empreendimento, o empreendedor apresentou imagens do atual local de armazenamento temporário de resíduos sólidos, instalado em um antigo galpão de estacionamento de caminhões que foi desativado. O local é isolado por grades, dotado de cobertura, piso impermeável e bacia de contenção. Foram construídas 2 (duas) baias para acondicionamento temporário dos resíduos classe I e II que são segregados separadamente.

Também foram apresentados Manifestos de Transporte de Resíduos emitidos para a destinação dos resíduos perigosos no ano de 2021 e até o período de setembro de 2022. Com relação aos resíduos destinados à coleta municipal, o empreendedor apresentou uma manifestação da Prefeitura Municipal de Piraúba acerca do encaminhamento dos resíduos recolhidos no município para o aterro da União Recicláveis no município de Leopoldina.

Os efluentes atmosféricos, provenientes da liberação de gases do combustível durante o abastecimento serão emitidos através de tubulações de respiro conectadas aos tanques. De acordo com os estudos, os respiros não contam com um sistema de recuperação de gases.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria no local, sendo o empreendedor e seu(s) consultor(es)



único(s) responsável(eis) pelas informações apresentadas e reproduzidas neste parecer.

Qualquer alteração, ampliação ou modificação do projeto proposto no RAS, e seus anexos, deverá ser comunicado, antes de sua execução, à SUPRAM-ZM, para os devidos ajustes e regularização ambiental.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o deferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Posto Uirapuru Ltda”, para a atividade de “Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação”, no município de Piraúba-MG.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do “Posto Uirapuru Ltda”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência da Licença Ambiental
02	Continuar a execução programa de treinamento dos frentistas e demais funcionários do empreendimento com base nas diretrizes da Nota Técnica da FEAM/GEAMB nº 01/2008 no que se refere aos quesitos de Segurança e Meio Ambiente, Brigada de Incêndio e Plano de Atendimento a Emergências para Postos de Combustíveis. A periodicidade deverá ser bianual para reciclagem do treinamento e novos funcionários só poderão entrar em atividade após serem treinados. Considerando a possibilidade de contratação de novos funcionários, comprovar a execução do programa com a apresentação de relatórios anuais.	Durante a vigência da Licença Ambiental.
03	Manter no empreendimento registros comprobatórios da execução dos treinamentos de cada funcionário (inclusive novos funcionários) – Programa de Treinamento de Segurança e Meio Ambiente - bem como manter cópia da habilitação da empresa ou profissional responsável junto ao CREA/MG, conforme o que determina a Deliberação Normativa COPAM nº 108, de 24 de maio de 2007.	Durante a vigência da Licença Ambiental.
04	Ocorrendo paralisação das atividades, fica o empreendedor obrigado a comunicar ao órgão ambiental competente, conforme procedimentos previstos no Anexo 1 da Deliberação Normativa COPAM nº 108, de 24 de maio de 2007.	Durante a vigência da Licença Ambiental
05	Qualquer alteração, ampliação ou modificação do projeto proposto no RAS, e seus anexos, deverá ser comunicada, antes de sua execução, à SUPRAM-ZM, para os devidos ajustes e regularização ambiental.	Durante a vigência da Licença Ambiental.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.



IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ZM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento para Licença Ambiental Simplificada do “Posto Uirapuru Ltda”

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de análise
Na Entrada e na Saída da CSAO.	Materiais sedimentáveis, sólidos em suspensão totais, óleos minerais, benzeno*, tolueno*, etilbenzeno*, xileno*	Semestral
Na Entrada e na Saída da Fossa séptica*	DBO, DQO, óleos minerais, óleos vegetais e gorduras animais, pH, Materiais sedimentáveis, sólidos em suspensão totais, substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno.	Semestral

*O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Relatórios: Enviar, anualmente à SUPRAM-ZM, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Para as amostragens feitas no corpo receptor (curso d'água), apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de lançamento. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos e Rejeitos

2.1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019.

Prazo: Conforme disposto na DN COPAM nº 232/2019.



2.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: Conforme disposto na DN COPAM nº 232/2019.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

2.3- Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN COPAM nº 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.

- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.

- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.